

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL

PROCESSO n. 19.30.1037.0000479/2026-56
PREGÃO ELETRÔNICO - EDITAL n. 90019/2026
UASG n. 925892
Recebimento de propostas: a partir da data da divulgação do aviso no sítio: www.compras.gov.br.
Abertura das propostas: às 14h (Quatorze horas), do dia 13/07/2026 (horário de Brasília).
Endereço eletrônico onde será realizada a sessão pública: www.compras.gov.br
ESTE CERTAME É EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-ME/EPP.

1. LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO n. 90019/2026

1.1. A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, com sede na Quadra 202 Norte, Conj. 01, Av. LO-04, Lt. 5/6, CEP. 77.006-218, Palmas - TO, torna público, para conhecimento dos interessados, que promoverá **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a **Contratação de Licenciamento do Software Autocad LT, No Modelo de Subscrição, pelo período de 36 Meses, visando atender às necessidades de Elaboração, Edição e Atualização de Projetos Técnicos, Desenhos Arquitetônicos, Plantas, Layouts e Demais Representações Gráficas Utilizadas pelas Unidades Técnicas e Administrativas do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO)**, na data, horário e endereço eletrônico acima indicados. A licitação será regida pela Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, do ato normativo n. 016/2023. Este Pregão será conduzido pelo Pregoeiro e respectiva equipe de apoio designados pela portaria n. 1.983/2025, publicada no DOMP/TO n. 2300 de 12 de dezembro de 2025.

1.2. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

1.2.1. Termo de Referência - Anexo I;

1.2.2. Modelo Declaração a que se refere o art. 4º, XI, IN RFB n. 1.234 (somente para a empresa vencedora) - Anexo II;

1.2.3. Modelo da Proposta de Preços - Anexo III;

1.2.4. Minuta do Contrato - Anexo IV.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Pregão Eletrônico consiste na Contratação de Licenciamento do Software Autocad LT, no Modelo de Subscrição, pelo período de 36 Meses, visando atender às necessidades de elaboração, edição e atualização de projetos técnicos, desenhos arquitetônicos, plantas, layouts e demais representações gráficas utilizadas pelas unidades técnicas e administrativas do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO), conforme quantitativos e especificações descritos no Termo de Referência - **Anexo I**.

2.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

2.2. É recomendada a leitura integral deste Edital e seus Anexos, uma vez que a sua inobservância, principalmente no que diz respeito à documentação exigida e à apresentação da proposta, poderá acarretar respectivamente a inabilitação e a desclassificação da licitante.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Este certame é exclusivo para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte-ME/EPP, desde que as empresas atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o sistema eletrônico provido pelo Governo Federal, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao responsável pelo provimento do sistema, junto ao qual também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e operação, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

3.1.2. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao PGJ/TO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2. Para fins de enquadramento da licitante como ME/EPP deverá ser observado o disposto neste edital, aplicando-se, no que couber, as disposições do Decreto Federal n. 8.538/2015.

3.3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, disponibilizadas pelo provedor do sistema, com o qual também poderão se informar a respeito do seu funcionamento e operação, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

3.4. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da PGJ/TO por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. A pessoa jurídica que não atender às condições deste edital e seus anexos;

3.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impedida de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.5.7. Agente público do Ministério Público do Estado do Tocantins;

3.5.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição (Lei n. 9.790/1999 e Acórdão n. 746/2014-TCU-Plenário).

3.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n. 14.133/2021.

3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.4 também será aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua

controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.7. A vedação de que trata o item 3.5.7. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

4.1. Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei n. 14.133/2021.

4.2. Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei n. 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

4.3. A partir da verificação de que trata o subitem anterior, constatado o extrapolamento do limite de enquadramento, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

4.3.1. Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Pregoeiro ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei n. 14.133/2021.

5. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

5.1. A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o **preço total de cada item** observados o quantitativo e a unidade de fornecimento do objeto a ser contratado, conforme especificações constantes dos anexos deste edital.

5.2.1. Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos, em especial o frete, tributos, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto deste edital.

5.3. Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

5.4. O campo 'Descrição Detalhada do Objeto Ofertado' será destinado, a critério da licitante, às informações complementares da proposta, observando-se prazos e condições de execução do objeto definidos no presente ato convocatório.

5.4.1. A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

5.5. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

5.5.1. Para a efetivação do cadastro da proposta, a licitante deverá observar os campos do sistema eletrônico relativos às declarações de atendimento aos requisitos de habilitação e de conformidade da proposta com as exigências do edital.

5.6. A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar n. 123/2006 deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

5.7. Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta e/ou ao

enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

5.8. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

5.9. As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

5.9.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

5.10. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

6.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

6.4. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.5. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

6.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

6.7. O Pregoeiro desclassificará a proposta que identifique o licitante.

6.7.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.7.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.8. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7. DO INÍCIO DA DISPUTA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 73/2022.

7.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.3. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo (menor preço ou maior desconto) e os das ofertas com preços até 10% por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.3.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores (menor preço ou maior desconto).

- 7.4.1.** Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.5.** Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.
- 7.6.** A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 7.7.
- 7.7.** Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei n. 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:
- 7.7.1.** Proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;
- 7.7.2.** Proposta com preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis;
- 7.8.** Serão considerados preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis quando ofertados valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.
- 7.9.** Mediante decisão fundamentada registrada no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 6.7.
- 7.10.** Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.
- 7.10.1.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 7.1 deste Edital.
- 7.11.** A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 7.12.** Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
- 7.13.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 7.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.16.** Somente poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.16.1.** Havendo empate entre as ofertas, o critério de desempate será o previsto no art. 60 da Lei n. 14.133/2021, nesta ordem:
- a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.17.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.17.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 7.17.2.** Empresas brasileiras;

7.17.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.17.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n. 12.187/2009.

7.18. Em caso de empate entre as propostas classificadas, após a aplicação de todos os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021, será realizado sorteio eletrônico no sistema gov.br/compra, conforme disposto na Instrução Normativa n. 79/2024.

7.18.1. O sorteio será realizado de forma aleatória e pública, sendo a ordem de classificação definida pelo sistema.

7.18.2. A participação no sorteio será obrigatória para todas as propostas empatadas.

7.18.3. O resultado do sorteio será divulgado no sistema gov.br/compra, sendo disponibilizado aos participantes e ao público em geral.

7.18.4. A ata do sorteio conterá a relação das propostas empatadas, a ordem em que foram sorteadas e a data e hora da realização do sorteio.

8. DA NEGOCIAÇÃO

8.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei n. 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

8.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.1.2. O Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.1.3. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

8.2. Finalizada a negociação o Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.3. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

9.1.1. O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 02 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

9.1.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

9.1.3. A proposta de preços deverá conter:

a) Descrição clara e detalhada do produto/serviço ofertado, em conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência (Anexo 1 do Edital), de forma a viabilizar a análise de sua conformidade, com indicação do fabricante/marca/modelo, de quantidade, prazo de entrega, de garantia e demais características dos produtos/serviços, no que for aplicável.

b) O Pregoeiro poderá diligenciar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos que contenham informações e detalhamentos acerca das especificações técnicas dos produtos/equipamentos ofertados.

c) Número do Pregão Eletrônico, identificação social, número do CNPJ responsável pela execução do objeto, assinatura do representante legal da proponente, número de telefone, endereço, dados bancários, e indicação de endereço eletrônico (e-mail);

d) Indicação do responsável pela assinatura do contrato, se for o caso, com o número da carteira de identidade, CPF, e, caso não seja sócio da empresa, procuração passada em instrumento público ou particular,

com poderes para assinatura do instrumento, em nome da proponente;

e) Indicação de preço em real, com indicação do valor total do item, bem como o valor total da proposta, em algarismos e por extenso, calculados com duas casas decimais;

9.1.4. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

9.1.5. A proposta será desclassificada quando:

a) As especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;

b) Contiver valores simbólicos, irrisórios ou manifestamente inexecutáveis, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração.

9.1.6. Para fins de análise técnica do objeto ofertado na proposta e sua conformidade às especificações do instrumento convocatório, será colhida manifestação do setor demandante da aquisição/contratação ou da área técnica especializada no objeto.

9.1.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o disposto no instrumento convocatório, assumindo a licitante o compromisso pela adequada execução do objeto.

9.1.8. Os preços de referência estabelecidos pela Administração no Mapa de Preços devem ser observados pelo licitante, pois serão considerados os preços máximos a serem contratados pelo item e/ou grupo de itens, se for o caso.

9.1.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto os resultantes da etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.2. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I).

9.2.1. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

9.2.2. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei n. 14.133/2021.

9.3. Se houver indícios de inexecutabilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 73/2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

10.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica:

10.3. Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo território nacional, para pessoas físicas.

10.4. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e, em se tratando de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova da diretoria em exercício.

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

10.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

10.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto.

10.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

10.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

10.10. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estadual ou municipal relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.11. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.12.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ou de sociedade simples.

10.12.2. Certidão negativa de falência e/ou recuperação judicial expedida pelo Cartório distribuidor da pessoa jurídica licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão. Caso não conste o prazo de validade na respectiva certidão, será considerada válida pelo período de 1 (um) ano, contado da sua expedição.

10.12.3. Balanço patrimonial e demonstração de resultado do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, inclusive com termo de abertura e de encerramento, registrado na junta comercial do estado da sede da licitante, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

10.12.4. Somente serão habilitadas as licitantes que apresentarem:

I) No Balanço Patrimonial os Índices de Liquidez Geral - ILG, Solvência Geral - ISG e Liquidez Corrente - ILC superiores a 01 (um).

II) O cálculo dos índices acima será feito em conformidade com as seguintes equações:

a) Liquidez Corrente (ILC) = Ativo Circulante / Passivo Circulante;

b) Liquidez Geral (ILG) = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo não Circulante;

c) Solvência Geral (ISG) = Ativo Total / Passivo Circulante + Passivo não Circulante.

III) E que atendam patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

Qualificação Técnica:

10.13.1. Considerando a necessidade de assegurar a seleção de proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso e garantir a execução contratual pretendida, a licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, mediante a apresentação da seguinte documentação:

10.13.1.1. Apresentação de 1 (um) ou mais atestado(s), emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a capacidade operacional da licitante na execução de objeto similar. Entende-se por similar o fornecimento de cessão temporária de direito de uso (licenciamento por subscrição) de software de desenho assistido por computador (CAD), com instalação local (desktop) e eventuais funcionalidades complementares em nuvem, cujas especificações técnicas sejam compatíveis com as exigidas neste instrumento.

10.13.1.2. Para fins de comprovação quantitativa, o(s) atestado(s) deverá(ão) somar o fornecimento de, no mínimo, 1 (uma) licença por subscrição, **volume este que corresponde a 50%** (cinquenta por cento) do total estimado da contratação, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 67 da Lei n. 14.133/2021.

10.13.1.3. Define-se como parcela de maior relevância técnica e valor significativo desta contratação o fornecimento de licenciamento de software CAD sob regime de subscrição, contemplando aplicação para instalação local (desktop), compatível com arquitetura de 64 bits, bem como funcionalidades associadas de gerenciamento de licenças e acesso a serviços complementares em nuvem, quando disponíveis.

10.13.2. Conforme entendimento do Acórdão 519/2025-TCU-Plenário e nos termos do art. 64 da Lei n. 14.133/2021, a Administração reserva-se o direito de realizar diligências para confirmar a veracidade e a efetiva execução dos serviços constantes nos atestados, podendo solicitar a apresentação das respectivas Notas Fiscais de fornecimento (não sendo admitida a apresentação de recibos para este fim), devendo estas compreenderem e comprovarem a regularidade da execução declarada no período do atestado.

11. DO RECURSO

11.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

11.1.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

11.1.2. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 11.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

11.1.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 11.1.2.

11.2. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

11.2.1. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

11.2.2. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias. (art. 168 da Lei n. 14.133/2021).

11.3. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei n. 14.133/2021.

11.4. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DA ASSINATURA ELETRÔNICA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e/ou CONTRATO

12.1. O licitante vencedor será convocado para assinar eletronicamente a ata de registro de preços e/ou contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação.

12.2. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar eletronicamente o instrumento contratual no prazo estabelecido no item 12.1 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará à multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.

12.2.1. O prazo para assinatura eletrônica estabelecido no item 12.1 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada do fornecedor, apresentada tempestivamente dentro do prazo inicial de assinatura e aceita pela Administração.

12.2.2. A assinatura da ata de registro de preços e/ou contrato será realizada exclusivamente por meio eletrônico, utilizando-se o Sistema Eletrônico de Informações - SEI. O licitante vencedor deverá providenciar seu cadastro como usuário externo no SEI, caso ainda não o possua, para viabilizar a assinatura eletrônica.

12.2.3. Caso a licitante vencedora convocada não assine eletronicamente da ata de registro de preços e/ou contrato no prazo estabelecido no item 12.1, é facultado à Administração, por intermédio do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei n. 14.133/2021.

12.3. Por ocasião da assinatura eletrônica da ata de registro de preços e/ou contrato, a Administração verificará, por meio do SICAF e de outros meios, se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e se atende ao disposto nos §§ 2º e 4º do art. 91 da Lei n. 14.133/2021.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei n. 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por meio eletrônico, pelo e-mail cpl@mpto.mp.br.

13.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico do MPTO, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DO VALOR ESTIMADO E CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. A despesa estimada para a execução do objeto desta licitação será no valor de **R\$ 13.718,84 (treze mil setecentos e dezoito Reais e oitenta e quatro centavos) para 36 meses de licença**, conforme item 1.2 do Termo de Referência e será consignado no seguinte detalhamento orçamentário:

Unidade Gestora: 070100 - Procuradoria-Geral de Justiça;

Ação: 3.126.1170.1037 - Estruturação de Tecnologia da Informação para as Unidades do MPTO;

Natureza da Despesa: 3.3.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica;

Fonte: 0500 - Recursos Ordinários.

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da PGJ/TO, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a PGJ/TO não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na PGJ/TO.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no endereço eletrônico [https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1].

15.10. As sanções administrativas, regime de execução, obrigações das partes, fiscalização e gestão e critérios de pagamento estão dispostos no Termo de Referência.

Ricardo Azevedo Rocha

Pregoeiro

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA****1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1. O objeto desta contratação é o licenciamento do software AutoCAD LT, no modelo de subscrição, pelo período de 36 meses, visando atender às necessidades de elaboração, edição e atualização de projetos técnicos, desenhos arquitetônicos, plantas, layouts e demais representações gráficas utilizadas pelas unidades técnicas e administrativas do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO).

1.2. Especificação Detalhada do Objeto

Item	Descrição completa do objeto	Quantidade a ser adquirida	Valor unitário p/ 36 meses (R\$)	Valor Total p/ 36 meses (R\$)	Unid.	Item/CATSER
1	Aquisição de Licença de software - AutoCAD LT	2	6.859,42	13.718,84	Licença	27502 - Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software

1.3. Os itens, objeto desta contratação, não se enquadram como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal n. 10.818/2021, adotado no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO) pelo Ato PGJ n. 036/2022, pois seu consumo não está associado à alta elasticidade-renda da demanda, nem apresenta características de ostentação, opulência, forte apelo estético e requinte, sendo compatíveis com os requisitos de disponibilidade, segurança, confiabilidade e desempenho, essenciais à natureza das atividades meio e fim da Instituição.

1.4. Os itens são caracterizados como serviço comum, haja vista que podem ser estipulados padrões de desempenho e qualidade definidos objetivamente pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme a definição constante dos incisos XI, XIII, do art. 6º da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.5. O prazo de vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

1.5.1. O contrato poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste, a cada prorrogação, a manutenção da vantajosidade das condições e dos preços para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.5.2. O reajustamento dos preços contratuais será realizado mediante a aplicação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI), apurado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ou por índice oficial que venha a substituí-lo, desde que mais adequado tecnicamente, respeitado o interregno mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contado da data do orçamento estimado.

1.5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 36 (trinta e seis) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do reajuste anterior.

1.6. A divulgação da contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, deverá ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

1.7. O Catálogo de Serviços (CATSER) e o Catálogo de Materiais (CATMAT) possuem limitações, cujas descrições nem sempre atendem às especificidades das contratações do Ministério Público do Estado do

Tocantins (MPTO). Em caso de divergência entre as especificações constantes do CATSER/CATMAT e as deste Termo de Referência, prevalecerão estas últimas.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação fundamenta-se na imprescindibilidade de assegurar a continuidade operacional e a eficiência técnica das atividades desenvolvidas pelo CAOP do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente. Esta unidade atua como órgão auxiliar estratégico, incumbido de prestar assessoramento técnico-especializado aos Promotores de Justiça na instrução de inquéritos civis, procedimentos administrativos e ações judiciais voltadas à proteção ambiental e ao planejamento urbano.

2.2. As atribuições da equipe multiprofissional do CAOMA exigem o uso de solução tecnológica de alta precisão para desenho assistido por computador (CAD) em ambiente bidimensional (2D). Tal recurso é essencial para a realização de vistorias, medições e inspeções técnicas em edificações institucionais e áreas de interesse socioambiental em todo o Estado, garantindo a fidedignidade dos pareceres técnicos emitidos.

2.3. A carência de uma ferramenta homologada compromete diretamente a capacidade da unidade em instruir tecnicamente processos licitatórios de engenharia e fiscalizar contratos de manutenção predial do próprio Ministério Público. A ausência do software gera riscos de atrasos cronológicos, retrabalhos e potenciais prejuízos ao erário decorrentes de imprecisões quantitativas em levantamentos e especificações técnicas.

2.4. Sob a ótica da interoperabilidade, a solução pretendida deve assegurar compatibilidade plena com o formato nativo DWG, padrão mandatório para o intercâmbio de dados técnicos com prefeituras, concessionárias e empresas de engenharia. Esta compatibilidade é vital para preservar a integridade do vasto acervo digital de projetos da Instituição, evitando a necessidade de conversões onerosas que poderiam comprometer a precisão dos dados técnicos.

2.5. Análise do Modelo de Contratação Atual

2.5.1. A realidade fática da instituição caracteriza-se, atualmente, por uma lacuna tecnológica crítica, uma vez que as subscrições corporativas anteriormente utilizadas encontram-se vencidas desde o exercício de 2025. Registra-se, ainda, que uma tentativa de recomposição desse licenciamento foi realizada no exercício de 2024 por meio de procedimento licitatório, o qual restou fracassado, resultando na atual inexistência de uma ferramenta ativa e homologada no órgão.

2.5.2. O modelo anteriormente empregado, baseado em subscrições corporativas com gerenciamento centralizado, mostrou-se tecnicamente eficaz durante sua vigência. Ele permitia o controle administrativo de usuários, o acesso imediato a atualizações de segurança e o suporte técnico oficial, elementos fundamentais para manter a estabilidade dos fluxos de trabalho e a governança dos ativos de software da Instituição.

2.5.3. A análise conduzida pela equipe de planejamento indica que a eventual adoção de ferramentas alternativas de código aberto implicaria riscos elevados de incompatibilidade e perda de produtividade técnica. A manutenção do padrão tecnológico anteriormente adotado mitiga esses riscos e evita gastos extraordinários com curvas de aprendizado prolongadas ou migração de acervo, garantindo que a transição para as novas subscrições ocorra sem impactos negativos às atividades finalísticas.

3. ALINHAMENTO À ESTRATÉGIA

3.1. Aos Objetivos Estratégicos do PEI-MPTO-2020-2029:

3.1.1. A pretensa contratação alinha-se aos seguintes objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Tocantins (PEI-MPTO-2020-2029), nos termos da Resolução CPJ n. 006, de 5 de agosto de 2020:

- a) Melhorar os resultados da atuação finalística promovendo infraestrutura adequada;
- b) Assegurar informação, inovação e tecnologias adequadas.

3.2. Previsão no PCA

3.2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026, conforme detalhamento a seguir:

Identificador da Futura Contratação	N. DFD	Grupo/Classe Catmat/Catser	Descrição da Necessidade	Data Conclusão da Fase Externa da	Valor Total Estimado
-------------------------------------	--------	----------------------------	--------------------------	-----------------------------------	----------------------

(PNCP)				Contratação	
925892 - 40/2026	178/2025	27502 - Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software	Aquisição de Licença de software - AutoCAD	02/03/2026	R\$ 150.000,00

Tabela 2 - Previsão no PCA

3.3. Alinhamento ao PDTI 2025-2026 (Art. 5º da Resolução n. 283/2024)

Descrição da Ação Prevista	A02.1.3
Ação	Contratar licenças de TIC
Perspectiva do Mapa Estratégico	Objetivos Finalísticos

Tabela 3 - Alinhamento ao PDTI 2025-2026

3.4. Alinhamento com o Plano de Logística Sustentável (PLS)

3.4.1. A Política de Sustentabilidade Ambiental do Ministério Público do Estado do Tocantins, regulamentada por meio da Resolução CPJ nº 004/2018, estabelece a implementação gradativa do Plano de Logística Sustentável (PLS), devendo as contratações públicas observar critérios de responsabilidade socioambiental, em consonância com o art. 144 da Lei nº 14.133/2021.

3.4.2. A contratação pretendida, voltada ao fornecimento de licenças do software AutoCAD LT, encontra-se alinhada às diretrizes do PLS, especialmente no que se refere à digitalização de processos técnicos e à redução do uso de insumos físicos. A utilização da ferramenta possibilita a elaboração, edição e armazenamento de projetos em formato digital, reduzindo significativamente a necessidade de impressões de plantas e documentos técnicos.

3.4.3. O modelo de subscrição contribui para a gestão eficiente dos recursos de Tecnologia da Informação, permitindo o uso de versões atualizadas sem a necessidade de aquisições recorrentes de novas licenças perpétuas, o que favorece a racionalização de recursos e a redução de resíduos tecnológicos. Ademais, a tramitação eletrônica de arquivos técnicos e a colaboração digital entre equipes minimizam deslocamentos e o consumo de materiais, promovendo maior eficiência operacional e menor impacto ambiental.

3.4.4. Dessa forma, a contratação está em conformidade com os princípios da sustentabilidade, eficiência e economicidade, contribuindo para a implementação das diretrizes do Plano de Logística Sustentável no âmbito institucional.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. Da Descrição da Solução

4.1.1. A solução técnica selecionada para atendimento das necessidades institucionais consiste na contratação de subscrições de licenciamento de uso do software AutoCAD LT, desenvolvido pela Autodesk, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, destinado à elaboração, edição e análise de desenhos técnicos em ambiente bidimensional (2D).

4.1.2. O software caracteriza-se como ferramenta profissional de desenho assistido por computador (CAD), amplamente utilizada nas áreas de engenharia, arquitetura e atividades correlatas, permitindo a produção de plantas, cortes, fachadas, layouts e demais representações técnicas com elevado grau de precisão e padronização, com suporte nativo ao formato DWG, assegurando interoperabilidade com órgãos públicos, concessionárias e demais instituições parceiras.

4.1.3. A adoção da solução possibilita a continuidade dos fluxos de trabalho do CAOMA, garantindo a integridade do acervo digital de projetos, a confiabilidade das análises técnicas e a adequada instrução de procedimentos administrativos e judiciais, bem como maior eficiência na realização de vistorias, medições e atividades de fiscalização nas áreas de urbanismo, habitação e meio ambiente.

4.1.4. A utilização de ferramenta amplamente consolidada no mercado contribui para a padronização tecnológica no âmbito do CAOMA, redução de riscos operacionais e aproveitamento da expertise já adquirida pela equipe técnica, assegurando produtividade, qualidade e segurança nas atividades desenvolvidas pelo Ministério Público do Estado do Tocantins.

4.2. Da Padronização e Indicação de Marca

4.2.1. Nos termos do art. 41 da Lei nº 14.133/2021, a indicação da solução baseada em software desenvolvido pela Autodesk justifica-se pela necessidade de padronização tecnológica, compatibilidade com o acervo existente e garantia da eficiência administrativa.

4.2.2. A solução AutoCAD LT atende integralmente às necessidades do CAOMA, contemplando requisitos técnicos, operacionais e de segurança da informação, sendo compatível com os fluxos de trabalho já estabelecidos e com as diretrizes institucionais de tecnologia da informação.

4.2.3. Ressalta-se que a tecnologia da Autodesk já é amplamente utilizada no âmbito institucional e em diversos órgãos públicos, sendo referência consolidada no mercado de engenharia, arquitetura, construção civil e design, o que favorece a interoperabilidade, o intercâmbio de informações e a padronização de documentos técnicos.

4.2.4. A eventual adoção de solução diversa poderia acarretar incompatibilidade com o acervo técnico existente, riscos de perda de informações, retrabalho na conversão de arquivos e prejuízo ao conhecimento já consolidado pela equipe técnica, impactando negativamente a eficiência e a economicidade da Administração.

4.2.5. Dessa forma, a padronização na solução Autodesk demonstra-se tecnicamente justificada, economicamente vantajosa e alinhada ao interesse público, não configurando restrição indevida à competitividade, mas sim medida necessária para assegurar a continuidade, a qualidade e a segurança das atividades institucionais.

4.3. Justificativa para parcelamento ou não da contratação

4.3.1. A análise da viabilidade de parcelamento da presente contratação, referente ao fornecimento de 2 (duas) licenças do software AutoCAD LT, foi realizada com base nos princípios da economicidade, da eficiência e da busca pela proposta mais vantajosa, conforme dispõe o art. 17, inciso III, alínea “a”, da Resolução CNMP nº 283/2024 e a Súmula TCU nº 247. Embora o parcelamento seja, em regra, a ser observado pela Administração, sua adoção não é obrigatória quando comprovada a inviabilidade técnica ou econômica da divisão do objeto, como no presente caso.

4.3.2. O objeto da contratação consiste no licenciamento de software padronizado, com características técnicas uniformes e fornecimento sob modelo de subscrição, destinado ao atendimento das demandas do CAOP do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente. O eventual fracionamento da contratação não traria ganhos de ordem técnica ou econômica, podendo, ao contrário, dificultar o gerenciamento das licenças, a padronização do ambiente tecnológico e a prestação de suporte técnico.

4.3.3. Dessa forma, a contratação em item único mostra-se tecnicamente mais adequada, pois facilita o gerenciamento centralizado das licenças, assegura suporte técnico uniforme, garante a padronização tecnológica no âmbito do CAOMA e reduz riscos operacionais e administrativos, configurando-se como a solução mais eficiente e vantajosa para o Ministério Público do Estado do Tocantins.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Requisitos do Negócio

5.1.1. A contratação deve fornecer software profissional para elaboração e edição de desenhos técnicos em 2D, por meio do software AutoCAD LT, em versão desktop (instalação local), com suporte nativo e estável à arquitetura de 64 bits, garantindo desempenho adequado para o desenvolvimento de plantas, cortes, fachadas, layouts e demais representações técnicas.

5.1.2. A contratação deve permitir a plena elaboração, edição e fiscalização de desenhos técnicos em ambiente 2D, com suporte nativo e integral ao formato de arquivo DWG, garantindo a interoperabilidade com entes externos e a preservação do acervo digital do CAOMA.

5.1.3. A contratação deve contemplar subscrição corporativa no modelo “usuário nomeado” (Named User), vinculada ao domínio institucional do MPTO, garantindo o gerenciamento centralizado dos ativos de software.

5.1.4. A licença deve permitir a instalação em até 3 (três) dispositivos por usuário, possibilitando a mobilidade necessária para vistorias e trabalhos de campo, vedado o uso simultâneo, conforme políticas do fabricante.

5.1.5. A contratação deve possuir suporte a rotinas de automação via AutoLISP (arquivos .lsp, .fas, .vlx), visando à padronização de tarefas e ao aumento da produtividade da equipe técnica.

5.1.6. A contratação deve possibilitar acesso a ferramentas complementares via web e dispositivos móveis,

garantindo que a análise de dados e a consulta ao acervo de projetos ocorram de forma ininterrupta e segura durante as atividades de campo.

5.1.7. O software deve ser compatível com os sistemas operacionais Windows e macOS, em ambiente 64 bits, conforme especificações técnicas do fabricante.

5.1.8. O fornecimento deve incluir suporte técnico oficial e contínuo durante toda a vigência contratual, assegurando a resolução de incidentes e o adequado funcionamento da contratação.

5.1.9. O gerenciamento das licenças deverá ocorrer, preferencialmente, por meio de plataforma em nuvem do fabricante, permitindo o controle centralizado, a ativação e a desativação das licenças.

5.1.10. O software deverá disponibilizar versão para instalação em ambiente desktop (local), não sendo aceitas soluções exclusivamente baseadas em navegador (web), tendo em vista as necessidades operacionais do CAOMA.

5.1.11. Não serão aceitas licenças destinadas a uso doméstico, educacional ou quaisquer modalidades que não sejam compatíveis com uso corporativo e institucional.

5.2. Comprovação de Parceria Oficial com o Fabricante (Autodesk)

5.2.1. Após a fase de lances, a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar documento válido, emitido pela Autodesk (ou passível de verificação em portal oficial do fabricante), que comprove sua condição de parceiro autorizado apto a comercializar subscrições no setor público.

5.2.2. Tal exigência fundamenta-se no modelo de comercialização indireta adotado pelo fabricante, sendo indispensável a atuação de revendas credenciadas para garantir a regularidade da contratação, a autenticidade das licenças e a conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

5.2.3. A comprovação de parceria constitui condição técnica de aceitabilidade da proposta, mitigando riscos de inexecução contratual, uma vez que apenas parceiros autorizados possuem acesso aos sistemas oficiais do fabricante para provisionamento, ativação e gestão das licenças.

5.2.4. Dessa forma, assegura-se que a futura contratada detenha capacidade técnica e acesso aos canais oficiais de suporte da Autodesk, garantindo a entrega de licenças originais, a continuidade da contratação e o adequado atendimento às necessidades institucionais.

5.3. Requisitos de Suporte Técnico

5.3.1. A CONTRATADA deverá assegurar o fornecimento contínuo de atualizações, melhorias e correções de segurança do software AutoCAD LT durante toda a vigência contratual, sem custos adicionais para o CONTRATANTE.

5.3.2. As licenças adquiridas deverão garantir o direito de uso da versão mais atual do software, assegurando acesso contínuo às inovações, atualizações tecnológicas e aprimoramentos disponibilizados pelo fabricante.

5.3.3. Deverá ser disponibilizado, de forma acessível, o instalador da versão mais atual do software durante toda a vigência contratual.

5.3.4. O software deverá permitir sua utilização nos idiomas Português (Brasil) e Inglês (Estados Unidos), conforme necessidade do usuário, admitindo-se, quando necessário, a reinstalação para alteração de idioma.

5.3.5. A solução deverá ser plenamente compatível com os ambientes tecnológicos utilizados pelo Ministério Público do Estado do Tocantins, incluindo sistemas operacionais Windows 10, Windows 11 ou versões posteriores, em arquiteturas compatíveis com a solução ofertada.

5.3.6. A CONTRATADA deverá fornecer toda a documentação técnica necessária à instalação, configuração, utilização e operação da solução, incluindo manuais, guias e materiais de apoio.

5.3.7. Deverá ser disponibilizado suporte técnico ao CONTRATANTE por meio de canais remotos, tais como chat, e-mail e atendimento telefônico (preferencialmente via 0800), em horário comercial (08h às 18h), para esclarecimento de dúvidas, registro e acompanhamento de chamados técnicos.

5.3.8. O suporte técnico deverá abranger tanto questões relacionadas ao uso da ferramenta (usuários finais e administradores) quanto aspectos técnicos relacionados à instalação, configuração e funcionamento da solução.

5.3.9. A CONTRATADA deverá garantir a correção de falhas, erros ou bugs identificados na solução, mediante disponibilização de atualizações, patches ou orientações técnicas, de forma a assegurar a continuidade dos

serviços e a estabilidade do ambiente.

5.4. Requisitos Legais

5.4.1. A contratação deverá observar as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), especialmente quanto à definição do objeto, modalidade de licitação, critérios de julgamento e requisitos de habilitação do fornecedor.

5.4.2. A contratação deverá atender à Lei Federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), exigindo que o AutoCAD LT e demais serviços associados possuam mecanismos adequados de segurança, controle de acesso e tratamento de dados, compatíveis com a proteção de dados pessoais eventualmente tratados no âmbito institucional.

5.4.3. A contratação deverá observar a Resolução CNMP n. 283/2024, disciplina, no âmbito do Ministério Público, os procedimentos relativos à contratação de Soluções de Tecnologia da Informação.

5.5. Requisitos Sociais, Ambientais, Culturais e de Sustentabilidade

5.5.1. A contratação deverá prever a entrega em formato digital, mediante licenciamento eletrônico do AutoCAD LT, com disponibilização de acesso, suporte remoto e documentação em meio eletrônico, evitando deslocamentos desnecessários e a geração de resíduos físicos.

5.5.2. Quando aplicável, os ambientes de execução da contratação (infraestrutura do fabricante ou serviços associados) deverão observar critérios de eficiência energética, uso racional de recursos computacionais e políticas de consumo consciente, em conformidade com as diretrizes de sustentabilidade do Ministério Público do Estado do Tocantins e dos órgãos de controle.

5.5.3. A contratação deverá disponibilizar o software preferencialmente no idioma português (Brasil), admitindo-se o idioma inglês na hipótese de inexistência de versão em língua portuguesa.

5.5.4. A contratação deverá contemplar o fornecimento da versão mais recente disponível do software, garantindo acesso contínuo a melhorias tecnológicas.

5.5.5. A contratação deverá assegurar que as atualizações de versão, bem como as manutenções evolutivas e corretivas, sejam disponibilizadas de forma automática e sem custos adicionais durante toda a vigência contratual.

5.5.6. As licenças de uso e respectivas atualizações deverão possuir validade compatível com o período de vigência previsto no objeto da contratação.

5.6. Requisitos de Segurança e Privacidade

5.6.1. A contratação deverá assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações institucionais, observadas as diretrizes de segurança da informação aplicáveis ao Ministério Público do Estado do Tocantins.

5.6.2. A contratação deve garantir o gerenciamento de acesso ao AutoCAD LT por meio do modelo de “usuário nomeado” (Named User), permitindo integração com sistemas de Logon Único (SSO) e suporte à autenticação multifator (MFA), via portal administrativo do fabricante, assegurando que o acesso às subscrições seja restrito exclusivamente aos usuários autorizados pelo MPTO.

5.6.3. A contratação deve assegurar a utilização de protocolos de comunicação seguros e criptografia (como TLS ou equivalente) em todas as interações com os servidores do fabricante, garantindo a integridade e a confidencialidade dos dados de autenticação e dos arquivos eventualmente transmitidos por serviços integrados.

5.6.4. A contratação deverá contemplar a disponibilização contínua de atualizações de segurança, correções críticas e hotfixes pelo fabricante, durante toda a vigência contratual, possibilitando o gerenciamento centralizado pela equipe de TI do órgão, de modo a mitigar vulnerabilidades.

5.6.5. A contratação deve garantir comunicação segura com os servidores do fabricante para fins de ativação, validação de licenças e atualizações, mediante utilização de protocolos criptografados (TLS ou equivalente).

5.6.6. A contratação deve permitir a plena compatibilidade do software com ambientes institucionais protegidos por firewall e proxy, mediante a parametrização das URLs e portas oficiais documentadas pelo fabricante, assegurando o funcionamento estável e seguro da solução no ambiente do MPTO.

5.6.7. A contratação deverá observar as diretrizes da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), limitando o tratamento de

dados pessoais ao mínimo necessário para o licenciamento e a prestação do serviço, garantindo a proteção e a governança das informações institucionais.

5.6.8. A responsabilidade pela segurança dos arquivos técnicos (projetos em formato DWG), especialmente quanto ao armazenamento, controle de acesso e realização de backups, permanecerá sob a gestão do ambiente institucional do MPTO.

5.6.9. A contratada deverá assinar Termo de Sigilo e Confidencialidade, comprometendo-se a não divulgar quaisquer informações institucionais às quais venha a ter acesso em razão da execução contratual, inclusive após o encerramento do contrato.

5.6.10. Os profissionais eventualmente envolvidos na execução contratual deverão observar as normas internas de segurança física e lógica do Ministério Público do Estado do Tocantins.

5.7. Requisitos Mínimos de Arquitetura Tecnológica

5.7.1. A contratação deverá contemplar software de desenho assistido por computador (CAD), por meio do AutoCAD LT, em modelo de licenciamento por assinatura, com suporte à execução local (desktop) e integração com serviços em nuvem, visando atender às demandas técnicas de elaboração, edição e visualização de projetos no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins, especialmente do CAOMA. A solução deverá atender aos seguintes requisitos de arquitetura e compatibilidade:

5.7.1.1 Licenciamento por Usuário e Mobilidade

5.7.1.1.1 A contratação deverá adotar arquitetura de licenciamento baseada em usuário nomeado (Named User), permitindo a ativação do software em múltiplos dispositivos por usuário, com alternância de uso conforme necessidade operacional.

5.7.1.1.2 A contratação deverá possibilitar o acesso ao ambiente de trabalho tanto em estações fixas quanto em dispositivos móveis, garantindo a continuidade das atividades técnicas em campo e em escritório.

5.7.1.2. Instalação Desktop e Arquitetura de Processamento

5.7.1.2.1. A contratação deverá contemplar aplicativo principal em versão completa do software AutoCAD LT instalada localmente (desktop), apto à criação, edição e documentação de desenhos técnicos em ambiente 2D.

5.7.1.2.2. A contratação deverá suportar arquitetura de processamento em 64 bits, garantindo melhor desempenho no tratamento de arquivos complexos e maior estabilidade na execução de projetos técnicos.

5.7.1.2.3. A contratação deverá assegurar compatibilidade com os seguintes sistemas operacionais:

- I - Windows 10 e Windows 11 (versões suportadas);
- II - macOS nas versões mais recentes suportadas pelo fabricante.

5.7.1.3. Mobilidade e Aplicativos Complementares

5.7.1.3.1 A contratação deverá disponibilizar aplicativos móveis e/ou acesso via web, compatíveis com iOS (iPadOS/iPhone) e Android, acessíveis por meio das respectivas lojas oficiais ou navegadores.

5.7.1.3.2 A contratação deverá assegurar que os aplicativos móveis permitam, no mínimo:

- I - Visualização de desenhos técnicos em formato DWG;
- II - Edição básica e inserção de anotações em campo;
- III - Sincronização automática com armazenamento em nuvem quando houver conexão disponível.

5.7.1.4. Requisitos de Conectividade e Segurança

5.7.1.4.1. A contratação deverá assegurar que toda comunicação entre cliente e serviços em nuvem ocorra por meio de HTTPS, com utilização de TLS 1.2 ou superior.

5.7.1.4.2. A contratação deverá garantir que os dados armazenados em nuvem possuam criptografia em repouso, conforme padrões reconhecidos de segurança da informação.

5.7.1.4.3. A contratação deverá permitir integração com sistemas de autenticação centralizada (Single Sign-On - SSO), possibilitando o controle de acesso por usuário e a aplicação de políticas institucionais de segurança.

5.7.1.5. Atualizações e Manutenção (Evergreen)

5.7.1.5.1. A contratação deverá operar em modelo de atualização contínua (assinatura ativa), garantindo acesso às versões mais recentes do software, incluindo melhorias de segurança, correções de falhas e novas

funcionalidades, sem custos adicionais durante toda a vigência contratual.

5.8. Requisitos de Qualificação Técnica

5.8.1. Considerando a necessidade de assegurar a seleção da proposta mais vantajosa e garantir a adequada execução contratual, a licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta contratação, mediante a apresentação de documentação de qualificação técnica.

5.8.2. A licitante deverá apresentar 1 (um) ou mais atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) sua capacidade operacional na execução de objeto similar.

5.8.3. Para fins desta contratação, considera-se objeto similar o fornecimento de cessão temporária de direito de uso (licenciamento por subscrição) de software de desenho assistido por computador (CAD), com instalação local (desktop), por meio do AutoCAD LT ou solução equivalente, cujas características técnicas sejam compatíveis com as exigidas neste instrumento.

5.8.4. Para fins de comprovação quantitativa, o(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar o fornecimento de, no mínimo, 1 (uma) licença por subscrição, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estimado da contratação, nos termos do § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

5.8.5. Define-se como parcela de maior relevância técnica e valor significativo desta contratação o fornecimento de licenciamento de software CAD sob regime de subscrição, contemplando aplicação para instalação local (desktop), compatível com arquitetura de 64 bits, bem como funcionalidades associadas de gerenciamento de licenças e acesso a serviços complementares em nuvem, quando disponíveis.

5.8.6. Conforme entendimento do Acórdão 519/2025-TCU-Plenário e nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, a Administração reserva-se o direito de realizar diligências para confirmar a veracidade e a efetiva execução dos serviços constantes nos atestados, podendo solicitar a apresentação das respectivas Notas Fiscais de fornecimento (não sendo admitida a apresentação de recibos para este fim), devendo estas compreenderem e comprovarem a regularidade da execução declarada no período do atestado.

5.9. Subcontratação

5.9.1. É vedada a subcontratação do objeto principal desta contratação, compreendendo a gestão das subscrições, a disponibilização de atualizações de versão e a prestação do suporte técnico especializado, devendo a Contratada possuir estrutura técnica e comercial própria, bem como o devido credenciamento junto ao fabricante, para o pleno atendimento das demandas do MPTO.

5.9.2. Não se considera subcontratação, para fins de vedação deste item, a utilização da tecnologia, dos motores gráficos e dos componentes de software de propriedade exclusiva do fabricante (Autodesk), uma vez que tais elementos constituem a própria essência da solução tecnológica de desenho assistido por computador adquirida.

5.9.3. A permissão contida no item anterior fundamenta-se no art. 122 da Lei nº 14.133/2021. A medida justifica-se tecnicamente pela natureza proprietária das ferramentas CAD, nas quais a utilização da tecnologia desenvolvida pelo fabricante originário é inerente e indissociável da eficácia da ferramenta para a garantia da interoperabilidade e preservação da integridade dos arquivos em formato nativo (DWG).

5.9.4. Não obstante a utilização da tecnologia do fabricante, a responsabilidade técnica e jurídica pela legitimidade do licenciamento, pela perfeita execução do objeto e pelo rigoroso cumprimento dos prazos de entrega e níveis de serviço permanece integral e exclusivamente com a licitante contratada.

5.9.5. A CONTRATADA deverá figurar como ponto único de contato (SPOC - Single Point of Contact) para o Ministério Público, responsabilizando-se diretamente por qualquer falha na ativação das licenças, atrasos na disponibilização de correções de segurança ou problemas de conformidade originados pela cadeia de distribuição ou pelo próprio fabricante.

5.9.6. Garantia da contratação

5.9.6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, em razão da baixa materialidade financeira da contratação.

5.9.7. Do pagamento

5.9.7.1. O pagamento será realizado em parcela única, condicionado à efetiva disponibilização das

subscrições (licenças) e à ativação das contas para os usuários nomeados no portal administrativo do fabricante, mediante a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pela Fiscalização do Contrato.

5.9.7.2. Esta modalidade de pagamento justifica-se pela natureza do objeto (licenciamento de software sob o modelo de subscrição), em que o adimplemento da obrigação contratual se consolida com a entrega do direito de uso pelo período contratado. A disponibilização das credenciais e a liberação do acesso aos softwares e serviços associados concretizam a entrega do bem digital e transferem ao Ministério Público a fruição plena da solução, caracterizando o pagamento pós-entrega do direito de uso e não se configurando, portanto, como pagamento antecipado.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Entrega

6.1.1. A entrega da solução de *software* para projeto auxiliado por computador (CAD) dar-se-á exclusivamente em formato digital, por meio de cessão temporária de direito de uso (subscrição), sendo dispensada a remessa de mídias físicas. A Contratada deverá disponibilizar o acesso ao portal de gestão de licenças e os respectivos convites ou chaves de ativação ao e-mail institucional indicado pela Fiscalização Técnica em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

6.1.2. O licenciamento fornecido deverá corresponder à versão mais recente do software AutoCAD LT (incluindo *toolsets* especializados, se houver) disponibilizada pelo fabricante no mercado global, garantindo ao MPTO o acesso contínuo a todas as atualizações de segurança e melhorias de performance. A interface da solução deverá ser disponibilizada no idioma Português (Brasil), admitindo-se a documentação técnica de apoio em língua inglesa na ausência desta em vernáculo.

6.1.3. A efetiva disponibilização do acesso e a possibilidade de download/ativação dos instaladores serão consideradas a entrega do objeto, iniciando os ritos de Recebimento Provisório e Definitivo, conforme os critérios de aceitação e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e na Resolução CNMP nº 283/2024.

6.1.4. A criação e a atribuição das licenças aos usuários finais (arquitetos, engenheiros ou técnicos do MPTO) constituem responsabilidade da unidade de TI da Contratante, que zelará pela correta utilização e segurança das credenciais.

6.1.5. A validação técnica, condição indispensável para o recebimento definitivo, será realizada pela área requisitante, em conjunto com a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC). Esta etapa consistirá na verificação:

6.1.5.1. Da ativação plena das licenças no portal do fabricante;

6.1.5.2. Da funcionalidade dos recursos específicos de desenho técnico e modelagem;

6.1.5.3. Da compatibilidade da versão instalada com o ambiente computacional do MPTO.

6.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

6.2.1. A CONTRATADA responde pela qualidade e pleno funcionamento das licenças, garantindo que o software AutoCAD LT opere conforme as especificações do fabricante. O prazo de garantia contratual será de 36 (trinta e seis) meses, contado do recebimento definitivo, período durante o qual a CONTRATADA deverá assegurar a plena garantia de funcionamento e corrigir, sem ônus para o MPTO, falhas de ativação, vícios ou irregularidades no licenciamento.

6.2.2. O suporte técnico e a manutenção da solução devem contemplar:

6.2.2.1. Atualizações de software: disponibilização contínua de novas versões (*releases*), atualizações de funcionalidades e correções de segurança (*patches*) do AutoCAD LT e de seus *toolsets* especializados, sem custos adicionais ao MPTO.

6.2.2.2. Suporte técnico especializado: fornecimento de suporte para instalação, ativação e resolução de problemas técnicos da solução, incluindo a intermediação técnica junto ao fabricante, com atendimento remoto via e-mail, portal oficial ou telefone.

6.2.2.3. Licenciamento e conformidade: as licenças deverão ser fornecidas na modalidade de Subscrição (Cessão Temporária de Direito de Uso), permitindo a instalação local do software e a gestão centralizada via portal administrativo do fabricante (*Autodesk Account*). O gestor designado pelo MPTO será o responsável pela atribuição e gerenciamento dos usuários autorizados, que utilizarão credenciais individuais para ativação das funcionalidades.

6.2.3. Níveis de Serviço (SLA)

6.2.3.1. O fornecedor deverá comprometer-se com os níveis mínimos de atendimento conforme o nível de severidade de cada chamado, considerando o impacto do problema e os prazos estabelecidos para resposta e solução.

6.2.3.2. Fica estabelecido o Acordo de Nível de Serviço (SLA) - ANEXO I, para a resolução de chamados técnicos. O prazo máximo para a apresentação de solução definitiva não poderá exceder 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da formalização da abertura do chamado pela equipe técnica do MPTO. O descumprimento injustificado deste prazo sujeitará a Contratada às sanções administrativas previstas neste Termo e na legislação vigente.

6.2.4. Modalidades de Suporte

6.2.4.1. O serviço de suporte técnico deverá ser prestado por telefone, e-mail ou sistema informatizado, disponível em dias úteis, no horário mínimo das 08h00 às 18h00.

6.2.4.2. O atendimento será realizado preferencialmente de forma remota, possibilitando orientação técnica, assistência para configuração e resolução de problemas operacionais.

6.2.4.3. As licenças deverão contemplar acesso às atualizações disponibilizadas pelo fabricante, com gerenciamento realizado via portal administrativo.

6.2.4.4. Deverá ser assegurado acesso à base de conhecimento *online* oficial do fabricante, contendo artigos técnicos, tutoriais e recursos de consulta para maximização do uso da ferramenta.

6.2.4.5. Caso seja necessária intervenção presencial, esta poderá ser realizada mediante justificativa técnica, devendo ocorrer com acompanhamento da equipe técnica da CONTRATANTE.

7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Obrigações da Contratada

7.1.1. Antes do início da execução contratual, designar formalmente, mediante comunicação escrita, preposto responsável por representar a contratada perante o MPTO (Art. 22, I, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.1.2. Dar encaminhamento, na figura do preposto, às principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual (Art. 22, II, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.1.3. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, por intermédio do preposto designado, durante a execução do objeto (Art. 22, III, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.1.4. Disponibilizar todos os meios e facilidades indispensáveis à fiscalização da Solução de TI pela contratante (Art. 22, IV, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.1.5. Quando especificada, manter equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de TI, durante a execução do contrato (Art. 22, V, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.1.6. Manter a disponibilidade das licenças subscritas e a capacidade de fornecimento da solução durante toda a execução do contrato (Art. 22, VI, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.1.7. Reconhecer que a titularidade de todos os artefatos, dados, arquivos (.dwg), e-mails e bases de dados produzidos pelo MPTO através da solução contratada pertence exclusivamente à Administração Pública.

7.1.7.1. A contratante não detém direitos sobre o código-fonte ou algoritmos do software proprietário de prateleira, permanecendo os direitos autorais e industriais sob titularidade da fabricante.

7.1.8. Executar o objeto em estrita observância à Lei nº 13.709/2018 (LGPD), devendo apresentar declaração indicando o encarregado pelo tratamento de dados pessoais, nos termos do art. 41 da referida Lei.

7.1.9. Entregar as subscrições/licenças de acordo com as especificações técnicas, prazos e locais definidos neste Termo de Referência e na proposta comercial.

7.1.10. Não subcontratar, transferir ou ceder a execução das atividades finalísticas desta contratação especialmente a gestão administrativa das subscrições e a prestação de suporte técnico a terceiros, ressalvada a utilização inerente da tecnologia e dos componentes de software da fabricante original (Autodesk), conforme as condições de indissociabilidade técnica estabelecidas no item 5.9 deste instrumento .

7.1.11. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no

momento da contratação.

7.1.12. Corrigir, sanear falhas ou reativar acessos às suas expensas, no prazo fixado, sempre que se verificarem vícios, defeitos ou interrupções indevidas no licenciamento da solução.

7.1.13. Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários devidos no desempenho dos serviços, ficando a contratante isenta de qualquer vínculo empregatício com o pessoal da contratada.

7.1.14. Comunicar ao MPTO, por escrito e imediatamente, qualquer fato superveniente que possa prejudicar a execução do objeto ou a continuidade do acesso ao software.

7.1.15. Responsabilizar-se por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

7.1.16. Garantir que a plataforma permita a exportação integral dos dados de propriedade do MPTO em formatos nativos ou padrões abertos, assegurando a independência tecnológica e a transição contratual.

7.1.17. Disponibilizar chaves de acesso, credenciais, links para download e manuais oficiais necessários para a plena ativação e utilização do software nos equipamentos do MPTO.

7.1.18. Fornecer acesso à base de conhecimento oficial (Help Center) e atualizações corretivas (*patches*) sem ônus adicional à contratante durante o prazo de validade técnica do software.

7.1.19. Disponibilizar canais de contato atualizados (telefones e e-mail) da empresa e do preposto para gestão da execução.

7.1.20. Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social ou aprendiz, conforme exigido pela legislação vigente.

7.2. Obrigações da Contratante (PGJ-TO)

7.2.1. Encaminhar formalmente as demandas, preferencialmente por meio de Ordem de Serviço, conforme os critérios estabelecidos no TR (Art. 21, I, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.2.2. Apresentar, na forma da legislação em vigor, os documentos e informações necessárias à execução dos serviços objeto da contratação.

7.2.3. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho.

7.2.4. Rejeitar, com a devida justificativa, qualquer execução do serviço em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pela Contratada.

7.2.5. Prestar todas as informações relacionadas à execução do serviço que sejam solicitadas pela Contratada (Art. 21, V, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.2.6. Registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro as cláusulas contratuais.

7.2.7. Receber e atestar a nota fiscal ou fatura emitida pela Contratada, procedendo, conforme o caso, à emissão da nota técnica e envio para as providências relacionadas com o pagamento (Art. 21, II, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.2.8. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste instrumento (Art. 21, IV, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.2.9. Aplicar as sanções administrativas, quando necessárias, observado o direito ao contraditório e a ampla defesa e devido processo legal (Art. 21, III, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.2.10. Designar servidor para acompanhar e fiscalizar o contrato, conforme previsto na legislação de regência, e ato interno específico.

7.2.11. Orientar a contratada acerca da correta execução do serviço contratado e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho.

7.2.12. Notificar a contratada em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas no contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade.

7.2.13. Manter a contratada informada de quaisquer atos da administração pública que interfiram direta ou indiretamente nos serviços contratados.

7.2.14. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da Solução de TI por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável (Art. 21, VI, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.2.15. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de TI sobre todos os artefatos, projetos técnicos em formato DWG, documentos e produtos produzidos pelos usuários do MPTO ao longo do contrato pertencerão exclusivamente à Administração, ressalvando-se, conforme facultado pelo Art. 21, VII, da Resolução CNMP nº 283/2024, que a propriedade intelectual do software AutoCAD LT (incluindo código-fonte, motores gráficos e algoritmos) permanece sob titularidade da fabricante Autodesk, por tratar-se de licenciamento de solução proprietária de mercado na modalidade de subscrição, circunstância que justifica a não transferência da propriedade da ferramenta tecnológica ao órgão contratante.

7.2.16. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do serviço contratado, por servidor especialmente designado, que anotarà em registro próprio eventuais incidentes relevantes com data, dia e hora da ocorrência, e outras informações que julgar pertinentes.

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei de regência, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. A gestão e fiscalização do contrato será exercida, no que couber, pelas regras gerais estabelecidas no Capítulo VI (Da execução dos Contratos) da Lei n. 14.133/2021 e nos termos do Ato PGJ n. 018/2023 , publicada no DOMP n. 1658, de 30/03/2023.

8.3. As comunicações entre o MPTO e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor e fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos, e será exercida por servidores designados por ato da contratante, a quem incumbirá acompanhar a gestão e execução dos serviços contratados, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na avença, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme ato interno específico.

8.4.1. Caberá ao Gestor do Contrato a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e de acompanhamento da execução contratual, e dos atos preparatórios à instrução processual, ao encaminhamento da formalização dos procedimentos de competência da Área de Contratos, ao pagamento, à comunicação de ocorrência de infrações administrativas, à extinção dos contratos, dentre outros;

8.4.2. Caberá ao Fiscal técnico o acompanhamento do contrato para avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

8.4.3. Caberá ao fiscal administrativo o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais em relação às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como o controle das revisões, reajustes, repactuações, atesto e pagamento das faturas e providências tempestivas quando do inadimplemento do contratado;

8.5. O Gestor e Fiscais terão poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas estabelecidas para o objeto/serviço e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Gestão e Fiscalização, aos serviços, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de seu encargo.

8.6. Das decisões do Gestor e Fiscais do contrato, poderá a contratada recorrer à Contratante, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação.

8.7. A gestão e fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com a lei.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A contratada poderá ser responsabilizada administrativamente pelas infrações previstas no art. 155, da

Lei n. 14.133/2021 e no artigo 3º, do Ato PGJ n. 0006/2025, de 5 de fevereiro de 2025, o qual dispõe sobre o processo administrativo sancionador e a aplicação de sanções administrativas aos licitantes e contratados no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins, ficando sujeita à aplicação das seguintes sanções, nos termos do artigo 4º, do Ato PGJ n. 0006/2025:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa;

9.1.3. Impedimento de licitar e contratar;

9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.2. A aplicação das sanções previstas no item 9.1, ocorrerá sem prejuízo de responsabilização civil, criminal ou outra prevista em lei específica.

9.3. A aplicação das sanções previstas no item 9.1, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

9.4. A apuração de infrações cometidas por licitante ou contratado e a aplicação das respectivas penalidades, será realizada mediante a prévia e regular instauração de Processo Administrativo Sancionador (Prads), no qual serão assegurados ao infrator o exercício dos princípios do contraditório e da ampla defesa, consoante as normas contidas nos arts. 156 a 163 da Lei n. 14.133/2021, bem como o disposto no artigo 34 e seguintes do Ato PGJ n. 0006/2025.

9.5. Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao infrator, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.5.1. Advertência, por faltas de pequena relevância, consideradas estas o descumprimento de obrigações ou deveres que não impactem objetivamente a execução do contrato e não causem prejuízos ao MPTO (art. 156, I c/c § 2º, da Lei n. 14.133/2021 e art. 5º, § 1º do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.5.1.1. A aplicação da advertência será cabível somente para contratos vigentes ou contratos com garantia do objeto ainda em execução (art. 5º, § 2º do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.5.2. A multa compensatória, de natureza indenizatória, poderá ocasionar a extinção do contrato e será aplicada em caso de inexecução parcial no valor de 5% (cinco por cento) sobre a parcela inadimplida (art. 155, I e II, Lei 14.133/2021 e art. 13, I, do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.5.2.1. Para a presente contratação, considera-se (art. 15, I, do Ato PGJ n. 0006/2025):

I - inexecução parcial: o atraso injustificado superior a 10 (dez) dias no cumprimento das obrigações principais.

9.5.3. A multa compensatória, de natureza indenizatória, poderá ocasionar a extinção do contrato e será aplicada em caso de inexecução total em 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato (art. 155, III, Lei 14.133/2021 e art. 13, II, do Ato PGJ n. 0006/2025);

9.5.3.1. Para a presente contratação, considera-se (art. 15, II do Ato PGJ n. 0006/2025):

II - inexecução total: o atraso injustificado superior a 20 (vinte) dias no cumprimento da obrigação principal assumida.

9.5.4. A definição do percentual nos itens 9.5.2 e 9.5.3 considerou a especificidade do objeto e sua alta essencialidade para as atividades finalísticas e de assessoramento técnico do CAOMA/MPTO, visto que a solução é ferramenta indispensável para a análise de projetos, fiscalização ambiental e urbanística, e manutenção da interoperabilidade do acervo digital em formato DWG, impactando diretamente a instrução de inquéritos civis, a precisão de perícias técnicas e a continuidade das vistorias voltadas à proteção do meio ambiente e ao planejamento urbano.

9.5.5. Multa moratória em razão do atraso na execução ou na entrega do objeto contratado sem motivo justificado; considera-se atraso justificado aquele decorrente de fato superveniente que impeça a execução ou a entrega do objeto no prazo estabelecido, comprovado por meio de documentos (art. 155, VII, Lei 14.133/2021 e art. 10, parágrafo único, do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.5.5.1. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, limitada a 10% (dez por cento), e calculada sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de inexecução parcial, quando ensejar o atraso na execução ou na entrega do objeto contratado sem motivo justificado (art. 155, VII da Lei

14.133/2021 e art. 11 do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.5.5.2. A aplicação da multa moratória não impedirá a conversão em compensatória e a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Ato PGJ n. 0006/2025.

9.5.6. O cometimento de infrações durante o certame licitatório poderá ensejar a aplicação de multa nos seguintes percentuais (art. 18 e seguintes do Ato PGJ n. 0006/2025):

I - de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) a 5% (cinco por cento) pelas condutas de:

- a)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

II - de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) pelas condutas de:

- a)** não celebrar o contrato; ou
- b)** não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de proposta comercial;

III - de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) pelas condutas de:

- a)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- b)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento durante o certame;
- c)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

9.6. Impedimento de licitar e contratar com o estado do Tocantins será aplicado pelo prazo máximo de 3 (três) anos àquele que cometer infração administrativa, quando não se justificar a imposição de sanção mais grave (art. 23 e seguintes do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.6.1. O impedimento de licitar e contratar com o estado do Tocantins será aplicado quando o licitante ou contratado:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao MPTO, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, pelo prazo de até 3 (três) anos (art. 24, I do Ato PGJ n. 0006/2025);

II - der causa à inexecução total do contrato, pelo prazo de até 2 (dois) anos (art. 24, II do Ato PGJ n. 0006/2025);

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame, pelo prazo de até 3 (três) meses (art. 24, III do Ato PGJ n. 0006/2025);

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, pelo prazo de até 6 (seis) meses (art. 24, IV do Ato PGJ n. 0006/2025);

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, pelo prazo de até 1 (um) ano (art. 24, V do Ato PGJ n. 0006/2025);

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, pelo prazo de até 6 (seis) meses (art. 24, VI do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.6.1.1. A conduta do item 9.6.1, inciso I, fica configurada quando o inadimplemento pela contratada for grave ou inescusável (art. 24, §1º do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.6.1.2. Enquadram-se na conduta do item 9.6.1, inciso III, os seguintes comportamentos, sem prejuízo de outros verificados no decorrer da licitação ou da execução do contrato (art. 24, §2º do Ato PGJ n. 0006/2025):

I - deixar de entregar documentação imposta pelo edital ou contrato;

II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do edital ou contrato;

III - fazer entrega parcial de documentação exigida no edital ou contrato.

9.6.1.3. Consideram-se enquadrados na conduta do item 9.6.1, inciso IV, sem prejuízo de outros verificados no decorrer da licitação ou execução do contrato (art. 24, §3º do Ato PGJ n. 0006/2025):

I - deixar de atender a convocações do agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o edital as amostras solicitadas pelo agente de contratação;

III - abandonar o certame;

IV - solicitar a desclassificação após a abertura de sessão do certame.

9.6.1.4. A conduta prevista no item 9.6.1, inciso V, ficará materializada quando o licitante ou contratado desistir de formalizar o contrato ou aditivo, inclusive após concordar com a prorrogação de vigência (art. 24, §4º do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.7. Declaração de inidoneidade, que terá prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, qualifica negativamente o licitante ou contratado e os impede de licitar ou de contratar com qualquer órgão ou entidade da administração pública, direta ou indireta, de todos os entes federativos (art. 25, do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.7.1. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada quando o licitante ou contratado (art. 26, do Ato PGJ n. 0006/2025):

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, pelo prazo de até 4 (quatro) anos (art. 26, I do Ato PGJ n. 0006/2025);

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato, pelo prazo de até 5 (cinco) anos (art. 26, II do Ato PGJ n. 0006/2025);

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, pelo prazo de até 5 (cinco) anos (art. 26, III do Ato PGJ n. 0006/2025);

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação pelo prazo de até 5 (cinco) anos (art. 26, IV do Ato PGJ n. 0006/2025);

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, pelo prazo de até 6 (seis) anos (art. 26, V do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.7.1.1. Considera-se a conduta do item 9.7.1, inciso II, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou à indução de agentes públicos a erro (art. 26, §1º do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.7.1.2. Considera-se a conduta prevista no item 9.7.1, inciso IV, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento da licitação ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação ou da execução contratual (art. 26, §2º do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.7.2. A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública direta e indireta deve ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do Procurador-Geral de Justiça (art. 27, do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.8. Quando aplicadas as multas aqui previstas, mediante regular Processo Administrativo Sancionatório, o pagamento dos valores devidos será realizado e processado mediante a observância das regras estipuladas na Subseção V, do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.9. As sanções descritas nos itens 9.1.1. (Advertência), 9.1.3. (impedimento de licitar e contratar) e 9.1.4. (Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 9.1.2. (multa), sendo que a aplicação de uma não exclui a de outra, nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal n. 14.133/2021, nos termos do disposto no art. 4º, §2º, do Ato PGJ n. 0006/2025.

9.10. Para a aplicação das sanções administrativas será observado o rito de instrução processual disposto no Capítulo III (Dosimetria), art. 28 a 33 do Ato PGJ n. 0006/2025, além dos princípios do contraditório e da ampla defesa, da razoabilidade e da proporcionalidade.

10. DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO/SERVIÇO

10.1. O recebimento provisório das subscrições ocorrerá de forma sumária, imediatamente após a efetiva disponibilização das licenças e credenciais de acesso no portal administrativo do fabricante (Autodesk Account), devidamente vinculadas ao domínio institucional do MPTO, acompanhadas da respectiva Nota Fiscal

ou instrumento de cobrança equivalente, para efeito de posterior verificação da conformidade técnica e funcional com as especificações deste Termo de Referência.

10.2. As subscrições poderão ser rejeitadas, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, sempre que apresentarem desconformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, tais como limitações de funcionalidades, falhas na ativação do suporte oficial ou erros no modelo de licenciamento, devendo a Contratada proceder à regularização do provisionamento ou à reativação das credenciais no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação, às suas expensas e sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

10.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a realização de testes de conformidade pela fiscalização técnica e pela unidade requisitante (CAOMA). Esta verificação consistirá na validação do efetivo provisionamento das subscrições no portal administrativo (Autodesk Account), na confirmação do suporte técnico oficial vinculado ao contrato, na validação do acesso individual para os usuários nomeados e na testagem funcional dos requisitos essenciais, incluindo a interoperabilidade nativa com o formato DWG e a capacidade de execução de rotinas AutoLISP, sendo o aceite formalizado mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

10.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.5. No caso de controvérsia sobre a execução do serviço, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a empresa deverá ser comunicada para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do serviço ou de saneamento da nota fiscal, ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

11.1. Liquidação

11.1.1. Após a formalização do Recebimento Definitivo, nos termos do Tópico 10 deste Termo de Referência, e mediante a apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente devidamente atestado pelo Fiscal do Contrato, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, em parcela única, podendo tal prazo ser prorrogado por igual período mediante justificativa fundamentada.

11.1.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.1.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

11.1.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

11.2. Prazo de pagamento

11.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa (conforme item 11.1.1).

11.2.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do ICTI (Índice de Custos de Tecnologia da Informação), ou outro índice que venha a substituí-lo ou que seja adotado como padrão oficial pelo Ministério Público do Estado do Tocantins para atualizações monetárias.

11.3. Forma de pagamento

11.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária em favor da contratada, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela credora.

11.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na Proposta de Preços, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Modalidade e Tipo de Licitação

12.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, modo de disputa aberto-fechado, com emprego do critério de julgamento de menor preço por item, nos termos do art. 6º, XLI e art. 56 da Lei Federal n. 14.133/2021.

12.2. Exigências de Habilitação

12.2.1. Habilitação jurídica:

12.2.1.1. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

12.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

12.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas.

12.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n. 1.751, de 2 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

12.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.2.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.2.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.2.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.3. Qualificação Econômico-Financeira

12.3.1. Com o objetivo de aferir a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações contratuais, conforme disposto no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, exige-se a apresentação de Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante, bem como do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa baseada nos seguintes parâmetros:

I. Obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1,0

(um);

- II. Caso a licitante apresente resultado igual ou menor que 1,0 (um) em qualquer dos índices referidos na alínea anterior, a comprovação de boa situação financeira dependerá da demonstração de Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

12.4. Qualificação Técnica

12.4.1. Considerando a necessidade de assegurar a seleção de proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso e garantir a execução contratual pretendida, a licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, mediante a apresentação da seguinte documentação:

12.4.1.1. Apresentação de 1 (um) ou mais atestado(s), emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a capacidade operacional da licitante na execução de objeto similar. Entende-se por similar o fornecimento de cessão temporária de direito de uso (licenciamento por subscrição) de software de desenho assistido por computador (CAD), com instalação local (desktop) e eventuais funcionalidades complementares em nuvem, cujas especificações técnicas sejam compatíveis com as exigidas neste instrumento.

12.4.1.1.1. Para fins de comprovação quantitativa, o(s) atestado(s) deverá(ão) somar o fornecimento de, no mínimo, 1 (uma) licença por subscrição, volume este que corresponde a 50% (cinquenta por cento) do total estimado da contratação, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

12.4.1.1.2. Define-se como parcela de maior relevância técnica e valor significativo desta contratação o fornecimento de licenciamento de software CAD sob regime de subscrição, contemplando aplicação para instalação local (desktop), compatível com arquitetura de 64 bits, bem como funcionalidades associadas de gerenciamento de licenças e acesso a serviços complementares em nuvem, quando disponíveis.

12.4.2. Conforme entendimento do Acórdão 519/2025-TCU-Plenário e nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, a Administração reserva-se o direito de realizar diligências para confirmar a veracidade e a efetiva execução dos serviços constantes nos atestados, podendo solicitar a apresentação das respectivas Notas Fiscais de fornecimento (não sendo admitida a apresentação de recibos para este fim), devendo estas compreenderem e comprovarem a regularidade da execução declarada no período do atestado.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 13.718,84 (treze mil setecentos e dezoito reais e oitenta e quatro centavos), conforme detalhado na tabela abaixo.

Item	Descrição	Und.	Qtd.	Grupo/ClassCATM AT/CATSER	Item CATMAT	Valor Estimado p/ 36 meses, por Licença (R\$)	Valor Total Estimado p/ 36 meses (R\$)
1	Aquisição de Licença de software - AutoCAD LT	Licença	2	182 - Serviços De Licenciamento E Contratos De Transferência De Tecnologia	27502 - Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software	6.859,42	13.718,84

Tabela 4- Estimativas do valor da contratação

13.2. Esta estimativa foi elaborada em estrita observância ao disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e em conformidade com os procedimentos estabelecidos no ATO PGJ Nº 073/2022, que regulamenta a pesquisa de preços no âmbito do MPTO.

13.3. Trata-se de valor referencial com objetivo de certificar a existência de dotação orçamentária suficiente e, por conseguinte, corroborar com o entendimento de viabilidade da contratação.

13.4. Tal valor foi confirmado através de ampla pesquisa de mercado executada pela Área de Compras da PGJ-TO (ID SEI 0517435) .

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual (2026), classificada na programação orçamentária a seguir:

Unidade Gestora: 070100 - Procuradoria-Geral de Justiça.

Ação: 3.126.1170.1037 - Estruturação de Tecnologia da Informação para as Unidades do MPTO;

Natureza da Despesa: 3.3.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica.

Fonte: 0500 - Recursos Ordinários.

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. INFORMAÇÕES GERAIS AOS FORNECEDORES

15.1. A Equipe de Planejamento da Solução foi instituída por meio da Portaria PGJ n. 0458/2026 (ID SEI 0497176), publicada no Diário Oficial do MPTO n. 2360, de 24 de março de 2026, nos termos da Resolução n. 283, de 5 de fevereiro de 2024, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Deste modo, os artefatos de Planejamento serão elaborados e assinados pelos Integrantes Requisitante, Técnico e Administrativo abaixo listados:

EQUIPE	INTEGRANTE REQUISITANTE (Representante da Área Requisitante)	INTEGRANTE TÉCNICO (Representante da Área de TI)	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO (Representante da Área Administrativa)
SERVIDOR	Pedro Bellini Resstel	Van Lins de Paula	Samara de Jesus Bispo Silva
MATRÍCULA	125030	125029	125083
TELEFONE	3216-7655	(63) 3216-8888	(63) 3216-8851
E-MAIL	pedroresstel@mpto.mp.br	vanpaula@mpto.mp.br	samarasilva@mpto.mp.br

Tabela 5 - Informações gerais aos fornecedores

15.2. A Equipe de Planejamento da Solução em referência será coordenado pelo servidor Pedro Bellini Resstel.

15.3. Os integrantes da Equipe de Planejamento da Solução DECLARAM que tiveram ciência expressa das suas indicações e das suas respectivas atribuições antes de serem formalmente designados.

Local e data registrada em sistema.

ANEXO I - ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA)

1. DEFINIÇÃO E OBJETIVO

- 1.1.** O presente Acordo de Nível de Serviço (ANS) ou *Service Level Agreement* (SLA) estabelece os parâmetros técnicos e de qualidade mínimos exigidos para a prestação do suporte técnico especializado e a gestão das subscrições da solução AutoCAD LT, vinculados ao Termo de Referência.
- 1.2.** O objetivo deste instrumento é assegurar a tempestividade no atendimento às demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO), garantindo a continuidade das atividades de assessoramento técnico, análise de projetos e fiscalização urbanística e ambiental desenvolvidas pelo CAOP do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente.

2. CANAIS DE ATENDIMENTO

- 2.1.** A CONTRATADA deverá disponibilizar, durante toda a vigência contratual, canais de comunicação para a abertura de chamados técnicos, acessíveis nos dias úteis, em horário comercial (08h às 18h), compreendendo obrigatoriamente:
- I. **E-mail de Suporte:** Endereço eletrônico oficial para registro formal das solicitações;
 - II. **Portal Web / Help Desk:** Sistema para abertura de tickets e acompanhamento do status das demandas;
 - III. **Telefone:** Meio para interação direta e esclarecimento de dúvidas críticas.

3. INDICADOR DE NÍVEL DE SERVIÇO

3.1. Para mensuração da qualidade do serviço, fica estabelecido o indicador de **Tempo de Solução de Chamados**, definido conforme a tabela abaixo:

Indicador	Descrição	Meta / Prazo Máximo
Tempo de Resposta Inicial (TRI)	Intervalo entre o registro do chamado e o primeiro contato técnico qualificado da CONTRATADA.	Até 24 (vinte e quatro) horas
Tempo de Solução Definitiva (TSD)	Intervalo entre o fim do prazo de resposta inicial e a efetiva apresentação de uma solução conclusiva para a demanda.	Até 05 (cinco) dias úteis

4. PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E CONTAGEM DE PRAZOS

4.1. **Abertura do Chamado:** O prazo inicia-se no momento do registro da ocorrência nos canais oficiais da CONTRATADA.

4.2. Classificação de Solução:

Entende-se por solução definitiva, para os fins deste contrato:

- a) A regularização de problemas de ativação ou acesso às contas de "Usuário Nomeado" no portal **Autodesk Account**;
- b) A correção de falhas que impeçam a execução de rotinas **AutoLISP** ou a abertura de arquivos em formato nativo (**DWG**);
- c) A disponibilização de *hotfixes* ou *service packs* para correção de vulnerabilidades ou instabilidades críticas no software;
- d) Orientação técnica para saneamento de erros de instalação ou conflitos com o sistema operacional.

4.3. **Suspensão de Prazos:** A contagem será suspensa caso a resolução dependa exclusivamente de ação do MPTO (ex: fornecimento de dados de usuários) ou de indisponibilidade global dos servidores do fabricante.

5. DESCUMPRIMENTO E SANÇÕES

5.1. Considerando que o pagamento é realizado em parcela única (referente ao direito de uso), o descumprimento dos níveis de serviço ensejará a aplicação de multas moratórias ou compensatórias sobre o valor total do contrato, conforme previsto no tópico de Infrações e Sanções Administrativas do TR.

5.2. O atraso injustificado na solução de problemas que impeçam o uso total da ferramenta por mais de 10 (dez) dias úteis poderá ser caracterizado como inexecução parcial do objeto.

5.3. A reincidência no descumprimento do SLA poderá caracterizar inexecução contratual, passível de rescisão unilateral.

6. ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA E SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO

6.1. A CONTRATADA obriga-se a garantir que o MPTO tenha acesso imediato a todas as novas versões lançadas pelo fabricante (Modelo Evergreen) durante a vigência da subscrição.

6.2. O suporte técnico especializado deve garantir a intermediação técnica junto ao fabricante (Autodesk) para a resolução de incidentes, falhas operacionais ou bugs que comprometam o adequado funcionamento da solução, atuando na facilitação do contato e no acompanhamento da solução definitiva de problemas que impactem a produtividade do CAOMA.

INTRODUÇÃO

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

Pelo presente instrumento a <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º <nº do contrato> doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela contratada, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

2.1. Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

- I. **INFORMAÇÃO:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;
- II. **INFORMAÇÃO SIGILOSA:** aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo;
- III. **CONTRATO PRINCIPAL:** contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3. DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

3.1. Serão consideradas como informação sigilosa toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado, bem como aquelas protegidas por sigilo profissional ou estratégico. O presente TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, visual ou em linguagem computacional, incluindo, mas não se limitando a:

- I. Projetos técnicos de engenharia, desenhos assistidos por computador (arquivos em formato .dwg, .dxf e similares), plantas, layouts e modelos 2D/3D;
- II. Relatórios periciais, inspeções técnicas e dados georreferenciados produzidos pelo CAOMA/MPTO;
- III. Dados pessoais, e-mails institucionais e credenciais de acesso dos "Usuários Nomeados" coletados para fins de provisionamento e gestão das subscrições, em conformidade com a LGPD;
- IV. Logs de acesso, configurações de rede ou de segurança da informação da CONTRATANTE a que a contratada venha a ter acesso durante a prestação de suporte técnico ou intermediação junto ao fabricante.

3.2. Para os fins desta contratação, o sigilo recai sobre os **dados e produtos gerados pelo órgão** e sobre a **identidade dos seus usuários**, não se estendendo ao código-fonte ou tecnologia de propriedade da fabricante (Autodesk), a qual é regida por termos próprios de licenciamento de mercado.

4. DOS LIMITES DO SIGILO

4.1. As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I. sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da contratada;
- II. tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III. sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida da Administração, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5. DIREITOS E OBRIGAÇÕES

5.1. As partes comprometem-se a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento a terceiros das INFORMAÇÕES SIGILOSAS, bem como a garantir que nenhum colaborador envolvido no suporte técnico ou na gestão das subscrições faça uso dessas informações para fins alheios à execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA compromete-se a não efetuar qualquer tipo de cópia ou captura de ecrã (printscreen) de projetos, desenhos técnicos (DWG) ou bases de dados do MPTO sem o consentimento prévio e expresso da fiscalização do contrato, especialmente durante sessões de suporte remoto.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA compromete-se a garantir que o acesso ao portal administrativo do fabricante (Autodesk Account) seja limitado estritamente ao pessoal autorizado, visando proteger a identidade e os dados pessoais (nome e e-mail) dos servidores cadastrados como "Usuários Nomeados", em estrita observância à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas técnicas e administrativas necessárias para evitar o acesso indevido às informações visualizadas durante intervenções técnicas, assegurando que o suporte seja realizado em ambiente seguro.

Parágrafo Quarto - Encerrada a prestação de qualquer suporte que tenha exigido o recebimento temporário de arquivos de projeto para testes, a CONTRATADA obriga-se a realizar a exclusão definitiva de tais arquivos de seus sistemas, não retendo qualquer cópia residual, sob as penas deste TERMO.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA obriga-se por si, seus representantes, sócios e empregados a manter sigilo absoluto sobre as vulnerabilidades de segurança, configurações de rede ou infraestrutura de TI do MPTO de que venha a ter conhecimento em razão da instalação ou parametrização do software.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA também se obriga a:

- I. Não discutir perante terceiros ou utilizar os dados de licenciamento do **MPTO** para fins estatísticos ou comerciais próprios, sem autorização expressa;
- II. Responsabilizar-se por qualquer divulgação indevida de informações sigilosas praticada por seus colaboradores ou prepostos;
- III. Comunicar ao **MPTO**, de imediato e de forma detalhada, qualquer incidente de segurança ou tentativa de acesso não autorizado aos dados de licenciamento institucional.

6. VIGÊNCIA

6.1. O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a contratada teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7. PENALIDADES

7.1. A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES protegidas por este TERMO, devidamente comprovada, sujeitará a CONTRATADA à aplicação imediata das sanções administrativas estabelecidas na Cláusula de Infrações e Sanções do CONTRATO PRINCIPAL e no Tópico 9 do Termo de Referência, podendo culminar na rescisão unilateral do ajuste por inadimplemento contratual.

7.2. Sem prejuízo das sanções administrativas, a CONTRATADA responderá pela recomposição integral de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive de ordem moral ou à imagem institucional, bem como pelas responsabilidades civil e criminal decorrentes de incidentes de segurança, vazamento de dados de projetos (DWG) ou uso indevido de dados pessoais dos servidores (LGPD).

7.3. A apuração de infrações relacionadas à violação de sigilo e a aplicação das respectivas penalidades serão realizadas mediante a instauração de Processo Administrativo Sancionador (Prads), garantindo-se o contraditório e a ampla defesa, em estrita observância aos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021 e às normas do Ato PGJ nº 0006/2025.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O presente TERMO de confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL para todos os fins de direito.

8.2. Eventuais divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, serão solucionadas pelas partes de acordo com os princípios da boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

8.3. O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações.

8.4. Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua integral concordância com as seguintes condições:

8.4.1. O MPTO terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA relacionadas ao trato das informações institucionais;

8.4.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo MPTO, todas as informações requeridas pertinentes à execução do objeto e à segurança dos dados tratados;

8.4.3. A omissão ou tolerância das partes em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

8.4.4. Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

8.4.5. O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante termo aditivo formalizado entre as partes;

8.4.6. Alterações no volume ou na natureza das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas, que permanecerão válidos e com todos os seus efeitos legais;

8.4.7. O acréscimo, complementação ou substituição de qualquer informação sigilosa disponibilizada será incorporado a este TERMO, recebendo a mesma proteção descrita para as informações iniciais;

8.4.8. Este TERMO não deve ser interpretado como obrigação de as partes celebrarem qualquer outro acordo comercial futuro além do que já consta no objeto da subscrição.

9. FORO

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Palmas, Estado do Tocantins, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos do presente TERMO que não puderem ser resolvidos administrativamente entre as partes.

10. ASSINATURAS

10.1. Por estar a parte justa e acordada quanto ao teor e alcance das cláusulas aqui estabelecidas, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelo representante legal da CONTRATADA, para um só efeito jurídico e plena validade perante o Ministério Público do Estado do Tocantins.

<div>CONTRATADA</div> <div></div> <div><div></div><div>NOME DA EMPRESA</div><div>Representante da empresa</div></div>

ANEXO III - TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO			
<p>O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.</p> <p>No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.</p>			

1. IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	XXXX/AAAA		
OBJETO	<OBJETO DO CONTRATO>		
CONTRATADA	<NOME DA contratada>	CN PJ	XXXXXXXX/XXXX-XX
PREPOSTO	<NOME DO PREPOSTO DA contratada>		
GESTOR DO CONTRATO	<NOME DO GESTOR DO CONTRATO>	MA TR.	XXXXXXXXXX

2. CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

FUNCIONÁRIOS DA CONTRATADA		
NOME	MATRÍCULA	ASSINATURA
<NOME DO(A) FUNCIONÁRIO>	<XXXXXXXXXXXXXX>	
<NOME DO(A) FUNCIONÁRIO>	<XXXXXXXXXXXXXX>	
...		

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONSENTIMENTO DA LGPD

(EM PAPEL PERSONALIZADO DA EMPRESA)

À PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

A/C: Sr. Gestor do Contrato

PROCESSO Nº _____/_____-_____

Prezado Senhor,

Nos termos da Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, DECLARO que tenho pleno conhecimento e cumpro com as obrigações, condições e peculiaridades inerentes à LGPD, que assumo total responsabilidade por este fato e seu fiel cumprimento.

Local , data, nome, e assinatura do responsável legal

ANEXO V - TERMO DE CIÊNCIA E RECONHECIMENTO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

INTRODUÇÃO

O presente Termo tem por objetivo formalizar o reconhecimento da CONTRATADA quanto à titularidade exclusiva do CONTRATANTE sobre todos os artefatos e dados produzidos na solução, em cumprimento às disposições do Termo de Referência e da legislação vigente.

Pelo presente instrumento, a empresa **[NOME DA CONTRATADA]**, inscrita no CNPJ sob o nº [00.000.000/0000-00], neste ato representada por seu representante legal, para fins de cumprimento das obrigações contratuais junto à **PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS (PGJ-TO) (CONTRATANTE)**, DECLARA ter plena ciência e concordância com os termos abaixo dispostos:

1. DA PROPRIEDADE DOS ARTEFATOS PRODUZIDOS PELA CONTRATANTE

A CONTRATADA reconhece que todos os projetos técnicos, desenhos assistidos por computador (CAD), plantas, layouts, cortes, fachadas, detalhes de engenharia, documentos técnicos e demais representações gráficas em ambiente 2D inseridas ou criadas pelos servidores e colaboradores do **CAOMA/MPTO** dentro da plataforma **AutoCAD LT**, pertencem exclusiva e integralmente à Administração Pública, constituindo patrimônio institucional imaterial do Ministério Público do Estado do Tocantins.

2. DA NÃO-TRANSFERÊNCIA DO CÓDIGO-FONTE DA PLATAFORMA

Fica estabelecido que o **MPTO** não detém direitos sobre o código-fonte, motores gráficos, algoritmos, bibliotecas proprietárias ou infraestrutura tecnológica do software "Autodesk AutoCAD LT", sendo este um licenciamento de uso na modalidade de subscrição (**SaaS - Software as a Service**), cujos direitos de propriedade intelectual sobre a ferramenta permanecem sob titularidade exclusiva da fabricante original.

3. DO SIGILO E DA VEDAÇÃO AO USO COMERCIAL

A CONTRATADA compromete-se a não utilizar, copiar, reproduzir, comercializar ou divulgar, para quaisquer fins, os dados e projetos criados pela PGJ-TO na plataforma, garantindo o sigilo necessário nos termos da legislação vigente e das normas de segurança da informação do órgão.

4. DA GARANTIA DE EXPORTAÇÃO E TRANSIÇÃO (LOCK-IN)

A **CONTRATADA** reconhece a obrigação de garantir que a solução contratada permita a exportação integral e sem restrições dos projetos de propriedade do **MPTO** em formatos nativos e abertos de mercado (**arquivos .dwg, .dxf ou equivalentes**) a qualquer momento e, obrigatoriamente, ao final da vigência contratual, garantindo a independência tecnológica e a continuidade das atividades do **CAOMA**.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 202_.

ANEXO II

REFERE O ART. 4º, XI, IN RFB n. 1.234

(somente para a empresa vencedora)

Ilmo. Sr. (autoridade a quem se dirige)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ n..... DECLARA à (nome da entidade pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da Cofins, e da contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei n. 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei n. 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável

ANEXO III

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

PREGÃO ELETRÔNICO n. ____/2026.

HORÁRIO: __: __ HORAS.

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ n. _____ e inscrição estadual n. _____, estabelecida no(a) _____, para atendimento do objeto destinado à **Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins**, em conformidade com o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO n. ____/2026.

ITEM	DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO OBJETO	QTDE	UNID. MEDIDA	VALOR UNIT. (36 MESES)	VALOR TOTAL (36 MESES)
TOTAL GERAL					

1) A validade da presente proposta é de no mínimo **90 (noventa) dias corridos**.

Entregaremos os produtos conforme as exigências do **Anexo I**.

Informamos, por oportuno, que no preço estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o perfeito

fornecimento do objeto, inclusive os encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, englobando tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto licitado, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Os dados da nossa empresa são:

- a) Razão Social: _____
- b) C.N.P.J. n.: _____ Insc. Estadual n.: _____
- c) Endereço: _____
- d) Fone/Fax: _____ E-mail: _____
- e) Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____
- f) Banco _____ Agência n.: _____ Conta n.: _____

(localidade da sede), ____ de _____ de ____.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO n. ____/____ CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA E A EMPRESA

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, com sede na Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Avenida LO-4, Plano Diretor Norte, em Palmas/TO, inscrita no CNPJ n. 01.786.078/0001-46, neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça, _____, nomeado pelo Ato - _____ de ____ de _____ de _____, publicado no DOE n. _____ de ____ de _____ de _____, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ n. _____, representada neste ato por _____, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o Processo Administrativo n. _____, e em observância à Lei n. 14.133/2021, à Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, do ato normativo 016/2023, e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. ____/____, mediante as disposições das cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Contratação de Licenciamento do Software Autocad LT, No Modelo de Subscrição, pelo período de 36 meses, visando atender às necessidades de Elaboração, Edição E Atualização de Projetos Técnicos, Desenhos Arquitetônicos, Plantas, Layouts e Demais Representações Gráficas Utilizadas pelas unidades técnicas e administrativas do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO)**, conforme quantitativos e especificações descritos no Termo de Referência - Anexo I.

1.2. Especificação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO OBJETO	QTDE	UNID. MEDIDA	VALOR UNIT. (36 MESES)	VALOR TOTAL (36 MESES)
TOTAL GERAL					

1.3. Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência, o Edital da Licitação, a Proposta do Contratado e Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, contados do primeiro dia útil da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

2.2. O contrato poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste, a cada prorrogação, a manutenção da vantajosidade das condições e dos preços para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.3. A divulgação da contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas-(PNCP), condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, deverá ocorrer em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência, no todo ou em parte, do objeto ora licitado, sem expressa anuência da PGJ-TO.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor contratação é de R\$...... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo e os critérios de pagamento ao contratado, e demais condições a ele referentes, encontram-se definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. No caso de aplicação de reajuste do instrumento contratual, respeitar-se-á o interregno mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data do mapa de preços, em 26/05/2026 e observará a variação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI), apurado pelo IPEA, ou do índice oficial que legalmente venha a substituí-lo com maior adequação técnica.

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 36 (trinta e seis) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do reajuste anterior.

7.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.5. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações da Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de até 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 90 dias.

8.1.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.1.11. Demais obrigações previstas no Termo de Referência.

8.2. São obrigações do Contratado:

8.2.1. Entregar o objeto, no prazo previsto no Termo de Referência, e, se for o caso, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

8.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990).

8.2.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

8.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n. 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

8.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

8.2.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, pela contratante, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do contratado;

d) certidão de Regularidade do FGTS – CRF;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

8.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.2.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.2.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.2.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

8.2.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n. 14.133, de 2021).

8.2.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.2.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

8.2.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

8.2.16. Demais obrigações previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA- GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII e XIII](#))

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

10.1. Conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

11.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.1.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.1.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata o subitem acima ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei n. 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3. Na hipótese acima, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

11.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da](#)

Lei n. 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I – Gestão/Unidade:

II – Fonte de Recursos:

III – Programa de Trabalho:

IV – Elemento de Despesa:

VI – Nota de Empenho:

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [n. 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei n. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei n. 14.133, de 2021](#).

14.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei n. 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- FORO ([art. 92, § 1º](#))

16.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Palmas – TO, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei n. 14.133/21](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Azevedo Rocha, Pregoeiro**, em 25/06/2026, às 09:39, conforme art. 33, do Ato PGJ nº 120, de 06 de novembro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpto.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0526954** e o código CRC **AE4692CE**.

19.30.1037.0000479/2026-56

Quadra 202 Norte, Av. LO 4, Conj. 1, Lotes 5 e 6, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-218, Palmas/TO.

Telefone: (63) 3216-7600